



União das Freguesias de Carnaxide e Queijas

Junta de Freguesia

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA **REALIZADA EM 3 DE JANEIRO DE 2017**

-----**ACTA NÚMERO 1**-----

Aos três dias do mês de janeiro de dois mil e dezassete, pelas dezassete horas e trinta minutos, na Sede da Junta de Freguesia, em Carnaxide, reuniu o Executivo da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas, sob a presidência do Senhor Presidente Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, estando presentes o Secretário Américo Marques Ferreira Duarte, o Senhor Tesoureiro Luís Manuel Figueiredo Lopes, a Senhora Vogal Rosa Lopes Costa, o Senhor Vogal José Rodrigues, a Senhora Vogal Carla Sofia Guia Pinto e o Senhor Vogal António Rocha. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Jorge Manuel de Sousa de Vilhena deu início à primeira reunião do Executivo, com a seguinte Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade: -----

Antes da Ordem do Dia: -----

- 1 – Informações -----
- 2 – Situação Financeira -----

Ordem do Dia: -----

- 1 – Proposta de Deliberação N.º 01/2017 – Cabimentos Semestrais; -----
- 2 – Proposta de Deliberação N.º 02/2017 – Emissão de Parecer Prévio vinculativo genérico favorável na celebração de contratos de prestações de Serviços; -----
- 3 – Proposta de Deliberação N.º 03/2017 - Aprovação de Medida Contrato Emprego Inserção Recrutamento de pessoal – Desempregados de Longa Duração (assistente operacional) – Mercado Municipal de Queijas; -----

- 4 – Proposta de Deliberação N.º 04/2017 - Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença para serviços gerais e limpeza de instalações da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas; -----
- 5 - Proposta de Deliberação N.º 05/2017 – Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, para o setor de apoio à Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas; -----
- 6 – Proposta de Deliberação N.º 06/2017 - Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença para manutenção elétrica dos edifícios da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas; -----
- 7 – Proposta de Deliberação N.º 07/2017 - Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, para apoio às atividades da USCAL – Universidade Sénior de Carnaxide, Aprendizagem e Lazer; -----
- 8 – Proposta de Deliberação N.º 08/2017 - Aquisição de Serviços para Assistência Informática à Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas; -----
- 9 – Proposta de Deliberação N.º 09/2017 - Desistência da Ocupação das Bancas nº 57 e 58 do Mercado Municipal de Carnaxide – Ramo: Padaria e Bolos; -----
- 10 – Proposta de Deliberação N.º 10/2017 - Aquisição de serviços de varredura mecânica na União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; -----
- 11- Proposta de Deliberação N.º 11/2017 – Anulação da Deliberação N.º 87/2016 - Associação Cultural de Queijas “Junt´Arte”; -----
- 12 – Proposta de Deliberação N.º 12/2017 - Compartimento n.º 23 D do Jazigo Paroquial n.º 4 - Concessão a Título Perpétuo; -----
- 13 – Proposta de Deliberação N.º 13/2017 - Compartimento n.º 16 B do Jazigo Paroquial n.º 4 - Concessão a Título Perpétuo; -----
- 14 – Proposta de Deliberação N.º 14/2017 - Compartimento n.º 22 D do Jazigo Paroquial n.º 4 - Concessão a Título Perpétuo; -----
- 15 – Proposta de Deliberação N.º 15/2017 - Sepultura Perpétua n.º 39 – Talhão n.º 14 - Transmissão por acto entre vivos; -----
- 16 – Proposta de Deliberação N.º 16/2017 – Processos de cabimentação não concluídos - 2016; -----

Ponto – Um – Informações -----

--- Quero iniciar a reunião reiterando tudo o que disse na Assembleia de Freguesia que se realizou no dia vinte e um de dezembro e felicitar, também, a Assembleia e o Executivo porque, segundo tenho conhecimento, foi a Junta de Freguesia que teve o maior apoio da oposição no que diz respeito à votação do orçamento de dois mil e dezassete. Aliás, houve

partidos políticos que aqui votaram de uma certa forma não negativa e na Câmara Municipal votaram contra e, portanto, isso mostra que a oposição, em determinadas situações, sabe distinguir o trabalho que é feito. Em segundo lugar, não podia deixar de, também, agradecer ao Executivo porque a gestão é de todos nós. Quando o Presidente tem uma gestão criteriosa isso estende-se a todos. Quando o Presidente é uma pessoa que está em sintonia com o resto isso também se estende a todos. Isto quer dizer que nós fizemos um bom trabalho durante três anos e a gestão financeira está à vista, ou seja, a trinta e um de dezembro tínhamos cerca de vinte mil euros em cada conta, tínhamos tudo pago e tínhamos só cinco ou seis faturas porque eram faturas a trinta dias e só venciam a dia dez ou onze de janeiro. Temos que continuar este bom trabalho para que tenhamos sempre as coisas organizadas mas não depende só de nós, porque nós transitámos o ano com saldo favorável, positivo, demonstra uma boa gestão financeira devido aos problemas que tivemos de executivos longínquos e que era necessário resolver, com menos dinheiro porque tivemos menos transferências do Estado logo em dois mil e treze e dois mil e catorze. Os custos com pessoal eram praticamente os mesmos porque a maioria dos funcionários que se aposentaram são das creches ao abrigo do protocolo com a Santa Casa e com o Município de Oeiras, logo, apenas tivemos duas aposentações do antigo mapa de pessoal de Carnaxide, a Assistente Técnica Teresa Cunha e a Assistente Operacional Aline Silva e, nesse sentido, fizemos uma gestão estratégica, ou seja, não temos mais pessoal daquele que tínhamos, tivemos sempre cuidado em ter mais receita que despesa, tivemos o cuidado de não fazer investimentos que não pudéssemos honrar, não assumimos compromissos para aqueles que nos possam seguir a partir do próximo ato eleitoral e com isto e como eu dizia tivemos uma gestão que não resta dúvidas. Eu, como é óbvio, depois do sofrimento que tivemos, quer no primeiro mandato, quer no segundo, por dívidas herdadas anteriores a dois mil e cinco, é óbvio que me tenho que sentir um homem feliz por ter conseguido honrar os compromissos da Autarquia. Também não podemos esquecer que neste mandato houve muitos projetos que se concretizaram, houve mais valias para a Junta de Freguesia, nomeadamente, já temos dois veículos ligeiros de mercadorias novos, estamos em vista de ter, se o Sr. Presidente da Câmara Municipal assim o quiser, uma carrinha de nove lugares e, portanto, estamos a apetrechar melhor o nosso património porque, um dia, tudo isto é património da Junta de Freguesia, independentemente de a Câmara Municipal querer continuar os acordos de execução e os contratos interadministrativos, será sempre património da Junta de Freguesia. Em relação à Delegação de Competências, há a perspetiva de as Juntas de Freguesia poderem vir a começar a fazer, novamente, algumas reparações nas escolas. Tive uma reunião nesse sentido e tudo aponta para que isso possa acontecer embora, eu disse logo, que dependia das condições e não com o mesmo pessoal e que queremos mais pessoal para o trabalho que já temos. E, nesta

conformidade, desejo a todos um feliz ano novo, com saúde, com energia, com força, com vontade, com querer porque, infelizmente, nós sabemos que sem saúde nada acontece. -----

--- Quero transmitir que faleceu um professor voluntário da Universidade Sénior, com cerca de sessenta anos, de doença cancerígena e que faleceu em seis meses. Iremos, depois, transmitir à família um voto de pesar, porque faleceu no dia trinta e um mas só tivemos conhecimento ontem. -----

--- Quero relatar o Mercado de Natal do Centro Cívico, o Baile Sénior de Natal em Linda-a-Pastora, o espetáculo solidário infantil "Um Brinquedo Um Sorriso" dedicado às crianças registadas no Gabinete de Ação Social, o espetáculo de Natal dos trabalhadores, a entrega de diversos brinquedos recolhidos nesta campanha em diversas instituições. -----

Ponto – Dois – Situação Financeira -----

No período compreendido entre o dia 20 de Dezembro de dois mil e dezasseis e o dia 02 de Janeiro de dois mil e dezassete, conta ao nível das disponibilidades, com um saldo bancário de 65.901,64 € (sessenta e cinco mil novecentos e um euros e sessenta e quatro cêntimos); em caixa 5.735,35 € (cinco mil setecentos e trinta e cinco euros e trinta e cinco cêntimos), sendo o total das disponibilidades de 71.636,99 € (setenta e um mil seiscentos e trinta e seis euros e noventa e nove cêntimos) a transitar para a semana seguinte. Receitas entradas perfazem 85.573,11 € (oitenta e cinco mil quinhentos e setenta e três euros e onze cêntimos); despesas efetuadas e liquidadas num valor total de 121.276,73 € (cento e vinte e um mil duzentos e setenta e seis euros e setenta e três cêntimos). -----

Ordem do Dia: -----

1 – Proposta de Deliberação N.º 1/2017 -----

Conforme deliberação nº 11/2015 e de acordo com a legislação em vigor e o modelo orçamental, o processo de Despesa passa necessariamente pelo cabimento de todas as despesas efetuadas, de contratos estabelecidos e/ou a estabelecer, ou outras pontuais sejam elas com qualquer periodicidade. -----

Neste contexto, é necessário proceder também ao cabimento das despesas que são decorrentes da estrutura de funcionamento normal da instituição. -----

Destas destacam-se entre outras: Vencimentos, Outros encargos obrigatórios com pessoal, Despesas das instalações (Eletricidade, Água, Comunicações, Outros), Seguros, IVA, Outros.

Neste sentido, propõe-se: -----

1. Proceder ao cabimento das Rubricas e dos respetivos valores do 1º semestre, conforme mapas em anexo; -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

2 – Proposta de Deliberação N.º 2/2017 -----

A Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2017 (doravante abreviadamente identificada por “LOE 2017”), aprovada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro, consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, exceto no caso das aquisições de serviços médicos no âmbito do sistema de verificação de incapacidades e do sistema de certificação e recuperação de incapacidades por doenças profissionais por parte do ISS, I. P., nos casos de celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços na modalidade de tarefa ou de avença por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LTFP, independentemente da natureza da contraparte. -----

- O parecer prévio vinculativo favorável depende: -----

- a) Da verificação do carácter não subordinado da prestação, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----
- b) Da verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; -----
- c) De emissão de declaração de cabimento orçamental pelo órgão, serviço ou entidade requerente. -----

- Assim, pela LOE 2017 consagra-se que o parecer prévio vinculativo, necessário às decisões de contratação de prestações de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, passa a obrigar a que se afaste, fundamentadamente, a possibilidade de recurso a pessoal em situação de requalificação, apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa e que se verifique o carácter não subordinado da prestação, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público. -----

- Consagra-se, ainda que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo é da responsabilidade dos respetivos órgãos de governo próprios; -----

- Ora, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços na modalidade de tarefa ou de avença por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LTFP, independentemente da natureza da contraparte, carece de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças, nos termos e segundo tramitação a regular por portaria deste membro do Governo, o que não é aplicável às autarquias locais;

- Ao nível da Administração Central foi publicada a Portaria n.º 194/2016, que Regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças e da Administração Pública; -----

- Para o ano de 2017, ainda não foi publicada a Portaria Regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças e da Administração Pública; -----
 - Apesar de a formulação das normas referentes ao Parecer Prévio Vinculativo se repetir anos após anos, em cada lei do orçamento de Estado, desde 2011, a portaria a que se refere a lei e que regularia os termos do parecer prévio nas autarquias locais, nunca chegou a ser aprovada; -----
 - Por sua vez a portaria aplicável à administração central, tem vindo a ser publicada anualmente e, entre os vários aspetos que regula, vinha prevendo o chamado “parecer genérico favorável”; -----
 - Precisamente porque tais portarias não eram aplicáveis às autarquias locais, e na falta de regulamentação aplicável, constituiu entendimento da Direção-geral das Autarquias Locais que os executivos autárquicos poderiam deliberar sobre um parecer genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços; -----
 - Este entendimento foi adotado por várias autarquias, entre as quais a União de Freguesias de Carnaxide e Queijas; -----
 - Acontece que ao contrário do previsto nos anos anteriores, a regulamentação desta matéria a partir do ano de 2015 trouxe algumas particularidades; -----
 - Assim, com a portaria n.º 20/2015, deixou de se aludir à figura do “parecer genérico” pelo que deixaram os executivos autárquicos de poder apreciar e aprovar parecer genérico à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços. -----
 - A Portaria n.º 194/2016 também não faz qualquer referência ao parecer genérico. -----
 - Assim, o procedimento a seguir, aquando da celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, será o seguinte: -----
 - Obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo nos casos de celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços na modalidade de tarefa ou de avença por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LTFP, independentemente da natureza da contraparte. -----
- Neste contexto, elaborou-se um modelo de proposta de parecer prévio a submeter a emissão favorável do executivo da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas: -----
- “Considerando que: -----
- a) A Lei que aprovou o Orçamento de Estado para 2017 (Lei n.º Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro) – doravante designada por LOE2017, impõe a necessidade de obtenção de parecer prévio vinculativo, exceto no caso das aquisições de serviços médicos no âmbito do sistema de verificação de incapacidades e do sistema de certificação e recuperação de incapacidades por doenças profissionais por parte do ISS, I. P., nos casos de celebração ou a

renovação de contratos de aquisição de serviços na modalidade de tarefa ou de avença por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LTFP, independentemente da natureza da contraparte; -----

b) Os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados sem o parecer do Executivo da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas são nulos, nos termos do n.º 9, do artigo 51.º da LOE 2017. -----

c) A portaria referida no artigo 51.º ainda não foi publicada. -----

d) No caso das autarquias locais, este parecer é emitido pelo órgão executivo, nos termos dos n.ºs 6 e 7 do referido artigo e depende da verificação dos seguintes requisitos: -----

- i. Da verificação do carácter não subordinado da prestação, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----
- ii. Da verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; -----
- iii. De emissão de declaração de cabimento orçamental pelo órgão, serviço ou entidade requerente. -----

e) Sendo assim solicita-se parecer sobre: -----

- 1) Descrição e Objeto do Contrato; -----
- 2) Demonstração de que o contrato não constitui trabalho subordinado; -----
- 3) Demonstração da inconveniência do recurso a modalidade de vínculo de emprego público;
- 4) Demonstração de inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; -----
- 5) Declaração de confirmação de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade; -----

1) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato; -----

2) Identificação da contraparte. -----

- Assim, para cumprimento do estipulado no artigo 51.º da LOE 2017 propõe-se que o Executivo da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas delibere conceder parecer prévio vinculativo à celebração ou renovação de quaisquer contratos de aquisição de serviços.” -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Que, tendo em conta que a LOE2017 impõe a necessidade de obtenção de parecer prévio vinculativo nos casos de celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços na modalidade de tarefa ou de avença por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LTFP, independentemente da natureza da contraparte, o Executivo da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas deverá deliberar conceder parecer prévio vinculativo à celebração ou renovação de quaisquer contratos de aquisição de serviços. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

3 – Proposta de Deliberação N.º 3/2017 -----

É com grande preocupação que esta autarquia tem verificado que o fenómeno do desemprego tem vindo a alastrar por todo o País, sendo este um dos problemas sociais com maior impacto ao nível da exclusão social e que afeta inúmeras famílias, impedindo-as do acesso à participação social e ao exercício pleno de cidadania. -----

Tal tendência tem vindo a agravar-se, não se verificando, a curto prazo, uma solução conjuntural que atenuar, ou pelo menos, contribua para minorar esta problemática, já que os dados têm vindo a evidenciar uma subida alarmante do fenómeno. -----

Sobre a matéria não restam dúvidas de que as medidas que o Governo tem vindo a adotar são bem intencionadas e destinadas a empreender uma reforma da Administração Pública que há muito vinha sendo sentida como urgente e necessária. Todavia, a última legislação publicada, respeitante ao recrutamento de trabalhadores, originará a dispensa de vários colaboradores da Administração Pública, por via da impossibilidade de renovação de contratos e cria obstáculos ao recrutamento de outros, para fazer face a necessidades temporárias e excecionais, pela excessiva morosidade dos procedimentos nas novas admissões. -----

Este enquadramento resultará inexoravelmente no agravamento do número de famílias afetadas pelo desemprego. -----

Constitui, na verdade, uma enorme preocupação a situação destas pessoas, muitas delas munícipes e até mesmo fregueses, pelo que o sentido de responsabilidade social não nos poderá deixar indiferentes ao sentimento das mesmas. -----

Observamos, também, que na reforma empreendida não foi acautelada a realidade municipal, em particular das Juntas de Freguesia, no que respeita à adaptação da legislação aprovada.

Com efeito, há postos de trabalho específicos da administração local que, dadas as atribuições que os caracterizam, são particularmente relevantes e a sua não ocupação com celeridade, após a vacatura, acarreta sérios prejuízos para o normal desenvolvimento das actividades. ---

São, sobretudo, as tarefas cometidas aos trabalhadores da carreira de assistente técnico e assistente operacional, designadamente, administrativos (atendimento ao público), coveiros e operários qualificados, que mais evidenciam a necessidade de ocupação célere, não se compadecendo com a morosidade decorrente da aplicação de normas desajustadas da realidade municipal, especialmente no que ao recrutamento de trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo ou incerto diz respeito, atenta a necessidade de fazer face a aumento excecional e temporário das actividades em causa. -----

O facto de não terem sido previstas normas conducentes à indispensável simplificação do procedimento, causa evidentes constrangimentos à prossecução das atividades das

autarquias, justamente porque a excessiva morosidade no recrutamento de trabalhadores impede que, em tempo útil, as freguesias sejam dotadas convenientemente de pessoal.

Se são muitas as dificuldades que se observam no desenvolvimento da atividade das freguesias, decorrentes da entrada em vigor deste vasto conjunto de normas jurídicas, pensamos que as mesmas podem ser mitigadas com as medidas ativas de emprego que, em complementaridade aos instrumentos de proteção social, procuram melhorar os níveis de empregabilidade e estimular a reinserção no mercado de trabalho dos trabalhadores que se encontram em situação de desemprego. Com efeito, os contratos emprego-inserção e emprego-inserção + integram o conjunto destas medidas, ao permitirem aos desempregados o exercício de atividades socialmente úteis, promovendo a melhoria das suas competências socioprofissionais e o contacto com o mercado de trabalho, enquanto estes aguardam por uma alternativa de emprego ou de formação profissional. -----

Neste contexto e ao abrigo da portaria n.º 128/2009, de 30 Janeiro, alterada pelas Portarias n.º 294/2010, de 31 de maio, n.º 164/2011, de 18 de abril, n.º 378-H/2013, de 31 de dezembro, n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro e regulamentada pelo Despacho n.º 1573-A/2014, de 30 de janeiro, e em face ao acima exposto propõe-se: -----

1. Aprovação da alteração do beneficiário da seguinte Candidatura: -----

▪ Candidatura N.º 020/CEI/16 (Medida Contrato Emprego-Inserção – Beneficiários do Subsídio de Desemprego), para funções de serviços gerais atrás descritas – assistente operacional (Mercado de Queijas), no valor 83,84 €/mês, acrescido do valor de subsídio de refeição atribuído à função pública e transporte ao Senhor Carlos Sousa e Menezes, titular do documento identificativo nº 06943488 3ZZ4 e do número de identificação fiscal nº 120 659 476, em substituição do Sr. Carlos Manuel Peixoto de Abreu, portador do nº de identificação fiscal nº 162 667 450 que por motivos de empregabilidade deixou de estar afeto, desde o dia 20/12/2016, à referida candidatura. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

-- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

4 – Proposta de Deliberação N.º 4/2017 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

A reorganização administrativa do território das Freguesias, aprovada pela Assembleia da República (Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro e Lei nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro), alterou significativamente o mapa de Freguesias de Portugal Continental. -----

Conforme decorre das GOP aprovados para 2017 torna-se necessário reforçar a área de limpeza e serviços gerais no Mercado Municipal de Queijas. Trata-se pela sua natureza de um

serviço provisório e eventual decorrente do acréscimo de serviço pela realização de diversos eventos, pelo que carece promover a aquisição de serviços, na modalidade de avença, com uma pessoa singular, que possa assegurar a prestação deste serviço. -----

- A prestação de serviços terá início a 11 de Janeiro de 2017; -----

- Para desenvolver este serviço está proposta uma pessoa singular, o Sr. João Pedro Reis Rosa; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 3.874,56 (três mil oitocentos e setenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos) correspondendo ao preço mensal de € 645,76 € (seiscentos e quarenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos); -----

- O valor estimado para a aquisição de serviços anteriormente referenciada tem cabimento na rubrica 07/01.01.07.99 (GOP/Orçamento de 2017); -----

- A fundamentação da necessidade da aquisição destes serviços suporta-se no facto de ser um serviço provisório e eventual decorrente do acréscimo de serviço pela realização de diversos eventos; -----

- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto com consulta a uma entidade, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1 e alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, alínea a) do n.º 1 e o n.º 2, do artigo 40.º, e com o artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados igualmente com a Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na versão da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), com o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 31/2008, de 17/07) e com o disposto no artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º 1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP); -----

- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, designadamente apresentando-se como um contrato de resultado, bem como implicando uma prestação certa e mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por o prestador não estar sujeito às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----

- O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----

- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) «Contrato de avença, cujo objeto é a execução de prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar, a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 1, do artigo 32.º da LGTFP, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos: -----

- a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----
- b) Seja observado o regime legal de aquisição de serviços; -----
- c) Seja comprovada pelo prestador do serviço a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2017 (doravante identificada por “LOE 2017”), consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LGTFP, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença.

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

- a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LGTFP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, a qual ainda não se encontra publicada; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar os valores pagos em 2016. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos

seguintes diplomas legais: -----
Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto, Lei n.º 18/2016, de 20 de Junho e Lei n.º 42/2016 de 28 de Dezembro, que regula o vínculo de trabalho em funções públicas, abreviadamente identificada por "LGTFP"; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 80/2013 de 28/11; -----

- Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2017, abreviadamente identificada por "LOE 2017". -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 02 de outubro, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 – Nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 51.º da LOE 2017 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 – Existe a necessidade de adquirir serviços que se traduzem na limpeza e serviços gerais do Mercado Municipal de Queijas. Trata-se, pela sua natureza, de um serviço provisório e eventual decorrente do acréscimo de serviço pela realização de diversos eventos; -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de seis (6) meses, com início a 11 de Janeiro de 2017, eventualmente renovável por iguais períodos, desde que não seja terminado por nenhuma das partes com aviso prévio de 60 dias, mediante informação e cabimentos iguais. -

4 – O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 2 do artigo 51.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2017. -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com o prestador de serviços, Sr. João Pedro Reis Rosa, contribuinte n.º 196 569 370. O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

5 – Proposta de Deliberação N.º 5/2017 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

O crescente desemprego, carência social e económica de alguma população, aliado à procura junto daqueles que estão mais perto que são as Autarquias Locais, aliado ao facto que esta União de Freguesias munuiu-se de diversos apoios diretos que concede ao cidadão, outros apoios por via do Município. -----

Conforme decorre das GOP e do Orçamento de Estado, ambos documentos aprovados para 2017, nomeadamente na reorganização administrativa de processos, na delegação em Queijas por via da agregação das Freguesias em conformidade com a Lei N.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro, torna-se necessário reforçar o setor de apoio à Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, nomeadamente na elaboração das atas das reuniões de Assembleia de Freguesia do ano de 2016 e respetivo acompanhamento dos assuntos decorrentes da Assembleia de Freguesia, pelo que carece promover a aquisição de serviços, na modalidade de avença, com uma pessoa singular, que possa assegurar a prestação deste serviço. -----

- A prestação de serviços terá início a 11 de Janeiro de 2017; -----

- A prestadora de serviços para desenvolver as atividades administrativas, proposta pelo serviço requisitante é a Sra. Cátia Liliana Santos Pereira; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 3.300,00 (três mil e trezentos euros) correspondendo ao preço mensal de € 300,00 (trezentos euros); -----

- O valor estimado para a aquisição de serviços anteriormente referenciada tem cabimento na rubrica 02/01.01.07.99 (GOP/Orçamento de 2017); -----

- A fundamentação da necessidade da aquisição destes serviços suporta-se na necessidade de reforço do sector de apoio à Assembleia de Freguesia, nomeadamente para a elaboração das atas da Assembleia de Freguesia e respetivo acompanhamento dos assuntos decorrentes da Assembleia de Freguesia; -----

- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto simplificado com consulta a

uma entidade, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1 e alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, alínea a) do n.º 1 e o n.º 2, do artigo 40.º, e com o artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados igualmente com a Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na versão da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), com o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 31/2008, de 17/07) e com o disposto no artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º 1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP); -----

- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, designadamente apresentando-se como um contrato de resultado, bem como implicando uma prestação certa e mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por o prestador não estar sujeito às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----

- O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----

- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) «Contrato de avença, cujo objeto é a execução de prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar, a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 1, do artigo 32.º da LGTFP, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos:

a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----

b) Seja observado o regime legal de aquisição de serviços; -----

c) Seja comprovada pelo prestador do serviço a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2017 (doravante identificada por “LOE 2017”), consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LGTFP, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença. ---- O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da:

- a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LGTFP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, a qual ainda não se encontra publicada; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar os valores pagos em 2016. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto, Lei n.º 18/2016, de 20 de Junho e Lei n.º 42/2016 de 28 de Dezembro, que regula o vínculo de trabalho em funções públicas, abreviadamente identificada por “LGTFP”; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 80/2013 de 28/11; -----

- Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2017, abreviadamente identificada por “LOE 2017”. -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo

Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 02 de outubro, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 – Nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 51.º da LOE 2017 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 – Existe a necessidade de adquirir serviços que se traduzem no apoio à Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, nomeadamente na elaboração das atas das reuniões de Assembleia de Freguesia de 2016 e respetivo acompanhamento dos assuntos decorrentes da Assembleia de Freguesia. Trata-se pela sua natureza de um serviço provisório e eventual. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de onze (11) meses, com início a 11 de Janeiro de 2017. -----

4 – O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 2 do artigo 51.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2017. -----

Face ao exposto, proponho: -----

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com a prestadora de serviços, Sra. Cátia Liliana Santos Pereira, contribuinte n.º 254 041 655. A prestadora de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

6 – Proposta de Deliberação N.º 6/2017 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

A reorganização administrativa do território das Freguesias, aprovada pela Assembleia da República (Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro e Lei nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro), alterou significativamente o mapa de Freguesias de Portugal Continental. -----

Ainda por agregação mantém-se em vigor os protocolos de delegação de competências assinados entre esta Autarquia e o Município de Oeiras, cuja gestão pertence a esta Junta de Freguesia. -----

Conforme decorre das GOP e do Orçamento de Estado, ambos documentos aprovados para 2017, torna-se necessário reforçar a área de manutenção elétrica aos edifícios cuja responsabilidade dos mesmos está sobre a responsabilidade desta Autarquia. -----

Pela sua natureza, trata-se de um serviço provisório e eventual, resultante do acréscimo de serviço dada à nova assunção de exigências que justificam a necessidade de um técnico de eletricidade responsável que proceda à verificação e reparação pontual dos vários sistemas elétricos, pelo que carece promover a aquisição de serviços, na modalidade de avença, com uma pessoa singular, com a qualificação de técnico de eletricidade responsável, que possa assegurar a prestação deste serviço. -----

- A prestação de serviços terá início a 01 de Fevereiro de 2017; -----

- O prestador de serviços para desenvolver este serviço proposto pelo serviço requisitante, é o Sr. António Duarte Afonso; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 2.200,00 (dois mil e duzentos euros) correspondendo ao preço mensal de € 200,00 (duzentos euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor; -----

- O valor estimado da aquisição de serviços, anteriormente referenciado tem cabimento na rubrica 02/01.01.07.99.00 – Diversas prestações de serviços (GOP/Orçamento de 2017);

- A fundamentação da necessidade da aquisição destes serviços suporta-se na carência de serviços prestados por um técnico de eletricidade responsável que proceda à verificação e reparação pontual dos vários sistemas elétricos; -----

- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto simplificado com consulta a uma entidade, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1 e alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, alínea a) do n.º 1 e o n.º 2, do artigo 40.º, e com o artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados igualmente com a Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na versão da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), com o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 31/2008, de 17/07) e com o disposto no artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º 1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP); -----

- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal,

designadamente apresentando-se como um contrato de resultado, bem como implicando uma prestação certa e mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por o prestador não estar sujeito às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----
- O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----
- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) «Contrato de avença, cujo objeto é a execução de prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar, a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 1, do artigo 32.º da LGTFP, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos: -----

- a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----
- b) Seja observado o regime legal de aquisição de serviços; -----
- c) Seja comprovada pelo prestador do serviço a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2017 (doravante identificada por “LOE 2017”), consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LGTFP, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença. ----

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

- a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LGTFP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em

causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, a qual ainda não se encontra publicada; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar os valores pagos em 2016. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto, Lei n.º 18/2016, de 20 de Junho e Lei n.º 42/2016 de 28 de Dezembro, que regula o vínculo de trabalho em funções públicas, abreviadamente identificada por "LGTFP"; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 80/2013 de 28/11; -----

- Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2017, abreviadamente identificada por "LOE 2017". -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 02 de outubro, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 – Nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 51.º da LOE 2017 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 – Existe a necessidade de adquirir serviços gerais que se traduzem na manutenção elétrica aos edifícios cuja responsabilidade dos mesmos está sobre a responsabilidade desta Autarquia. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de onze (11) meses, com início a 01 de Fevereiro de 2017. -----

4 - O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 2 do artigo 51.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2017. -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

3. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com o prestador de serviços, António Duarte Afonso, contribuinte n.º 103 411 410. O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social. -----

4. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

7 – Proposta de Deliberação N.º 7/2017 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

A USCAL - Universidade Sénior de Carnaxide, aprendizagem e lazer, foi uma das ações previstas no mandato anterior, que posteriormente formaram corpo nas GOP/2013 aprovadas pela Junta de Freguesia e pela Assembleia de Freguesia de Carnaxide em Dezembro de 2012, nomeadamente na ação da terceira idade - projeto "Carnaxide Sénior" - criação de uma Universidade dedicada aos cidadãos seniores, um espaço de lazer e de aprendizagem ou reciclagem de matérias de interesse cultural e artístico, acessível a todos aqueles que desejam continuar ativos. -----

A USCAL é uma resposta socioeducativa desenvolvida em equipamento, que visa criar e dinamizar regularmente atividades formativas, culturais e físicas. Trata-se de uma aposta clara em dar mais qualidade de vida aos cidadãos, fomentando as relações sociais, com desenvolvimento do funcionamento mental, físico e desempenho, com a procura da satisfação de vida e bem-estar. Acumular recursos úteis na adaptação à mudança mantendo-se ativos e envolvidos na procura do saber. -----

Conforme decorre das GOP aprovados para 2017, torna-se necessário reforçar este serviço da Junta de Freguesia, dando apoio imprescindível às atividades e necessidades da USCAL, pelo que carece promover a aquisição de serviços, na modalidade de avença, com uma pessoa singular, que possa assegurar a prestação deste serviço. -----

- A prestação de serviços terá início a 23 de Janeiro de 2017; -----

- A prestadora de serviços para desenvolver as atividades administrativas, proposta pelo serviço requisitante é a Sra. Ana Filipa Gomes Garcia; -----
 - O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 3.874,56 (três mil oitocentos e setenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos) correspondendo ao preço mensal de € 645,76 € (seiscentos e quarenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos); -----
 - O valor estimado para a aquisição de serviços anteriormente referenciada tem cabimento na rubrica 02/01.01.07.99 (GOP/Orçamento de 2017); -----
 - A fundamentação da necessidade da aquisição destes serviços suporta-se na necessidade de reforço no apoio ao bom funcionamento da USCAL – Universidade Sénior de Carnaxide, Aprendizagem e Lazer; -----
 - A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto com consulta a uma entidade, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1 e alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, alínea a) do n.º 1 e o n.º 2, do artigo 40.º, e com o artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos (“CCP”), conjugados igualmente com a Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na versão da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), com o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 31/2008, de 17/07) e com o disposto no artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º 1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP); -----
 - A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, designadamente apresentando-se como um contrato de resultado, bem como implicando uma prestação certa e mensal, típica de um contrato de avença; -----
- DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----
- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por o prestador não estar sujeito às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----
 - O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----
 - A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) «Contrato de avença, cujo objeto é a execução de prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar, a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 1, do artigo 32.º da LGTFP, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos:

- a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----
- b) Seja observado o regime legal de aquisição de serviços; -----
- c) Seja comprovada pelo prestador do serviço a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2017 (doravante identificada por “LOE 2017”), consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LGTFP, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença. ----

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

- a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LGTFP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, a qual ainda não se encontra publicada; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar os valores pagos em 2016. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei n.º

84/2015, de 07 de agosto, Lei n.º 18/2016, de 20 de Junho e Lei n.º 42/2016 de 28 de Dezembro, que regula o vínculo de trabalho em funções públicas, abreviadamente identificada por "LGTFP"; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 80/2013 de 28/11; -----

- Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2017, abreviadamente identificada por "LOE 2017". -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 02 de outubro, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 – Nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 51.º da LOE 2017 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 – Existe a necessidade de adquirir serviços que se traduz no apoio às atividades da USCAL – Universidade Sénior de Carnaxide, Aprendizagem e Lazer. Trata-se pela sua natureza de um serviço provisório e eventual. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de seis (6) meses, com início a 23 de Janeiro de 2017, eventualmente renovável por iguais períodos, desde que não seja terminado por nenhuma das partes com aviso prévio de 60 dias, mediante informação e cabimentos iguais. -

4 – O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 2 do artigo 51.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2017. -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com a prestadora de serviços, Sra. Ana Filipa Gomes Garcia, contribuinte n.º 251 875 407. A prestadora de serviços deverá

comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

8 – Proposta de Deliberação N.º 8/2017 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

Conforme decorre das GOP e do Orçamento de Estado, nomeadamente, da reorganização administrativa de processos, da delegação em Queijas, por via da agregação das Freguesias em conformidade com a Lei N.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro, torna-se necessário proceder à contratação da prestação de serviços de Assistência Informática, ao Parque Informático da Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, o qual abrange cerca de trinta utilizadores, servidor, redes, etc. -----

A prestação de serviços abrange a manutenção dos computadores, ajuda técnica em assistências remotas de software, efetuadas com as empresas com contratos de manutenção que não envolvam presença de técnico no local e outras intervenções no âmbito da assistência técnica. -----

- A prestação de serviços terá início a 01 de Fevereiro de 2017; -----

- A entidade proposta pelo serviço requisitante para desenvolver a prestação de serviços é o Sr. João Miguel da Silva Catana; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os 3.300,00 (três mil e trezentos euros) correspondendo ao preço mensal de € 300,00 (trezentos euros); -----

- O valor estimado da aquisição de serviços, anteriormente referenciado tem cabimento na rubrica 02/02.02.14.02 (GOP/Orçamento de 2017); -----

- A fundamentação da necessidade de aquisição destes serviços suporta-se na carência de Assistência Informática ao Parque Informático da Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, o qual abrange cerca de trinta utilizadores, servidor, redes, etc. A prestação de serviços abrange a manutenção dos computadores, ajuda técnica em assistências remotas de software, efetuadas com as empresas com contratos de manutenção que não envolvam presença de técnico no local e outras intervenções no âmbito da assistência técnica; -----

- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto simplificado com consulta a uma entidade, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1 e alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, n.º 1 do artigo 36.º, artigo

38.º, alínea a) do n.º 1 e o n.º 2, do artigo 40.º, e com o artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados igualmente com a Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na versão da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), com o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 31/2008, de 17/07) e com o disposto no artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º 1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP); -----

- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, designadamente apresentando-se como um contrato de resultado, bem como implicando uma prestação certa e mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por o prestador não estar sujeito às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----

- O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----

- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) «Contrato de avença, cujo objeto é a execução de prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar, a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 1, do artigo 32.º da LGTFP, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos: -----

a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----

b) Seja observado o regime legal de aquisição de serviços; -----

c) Seja comprovada pelo prestador do serviço a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2017 (doravante identificada por "LOE 2017"), consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de

renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LGTFP, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença. ----

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LGTFP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, a qual ainda não se encontra publicada; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar os valores pagos em 2016. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto, Lei n.º 18/2016, de 20 de Junho e Lei n.º 42/2016 de 28 de Dezembro, que regula o vínculo de trabalho em funções públicas, abreviadamente identificada por "LGTFP"; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 80/2013 de 28/11; -----

- Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2017, abreviadamente identificada por "LOE 2017". -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro,

pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 02 de outubro, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 - Nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 51.º da LOE 2017 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 - Existe a necessidade de adquirir serviços para Assistência Informática ao Parque Informático da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas o qual abrange cerca de trinta utilizadores, servidor, redes, etc. A prestação de serviços abrange a manutenção dos computadores, ajuda técnica em assistências remotas de software, efetuadas com as empresas com contratos de manutenção que não envolvam presença de técnico no local e outras intervenções no âmbito da assistência técnica. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de onze (11) meses, com início a 1 de Fevereiro de 2017. -----

4 - O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 2 do artigo 51.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2017. -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com o prestador de serviços Sr. João Miguel da Silva Catana, com sede profissional na Av. Copacabana, N.º 11 - 3º Dto, 2780-227 Oeiras, Contribuinte Fiscal nº 221 177 442. O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

9 - Proposta de Deliberação N.º 9/2017 -----

No âmbito da gestão do Mercado Municipal de Carnaxide através do protocolo nº150/2012 celebrado em 11 de Junho de 2012 entre esta Autarquia e o Município de Oeiras, a concessionária Maria Madalena Marques, comunicou a esta Autarquia no dia 20 de Dezembro de 2016 a intenção de desistir das bancas nº 57 e nº58, do ramo de padaria e bolos conforme informação nº800/gabinetedestudos/2016, com efeitos a 31 de Dezembro de 2016.

Nos termos do RMM os titulares do direito de ocupação podem, a todo o tempo, restituir os lugares concessionados. -----

Refere o nº 4 do artigo 522º do mesmo regulamento que em caso de renúncia até ao final do quinto ano a contar da atribuição, o Município procede à devolução de um quinto do valor correspondente à base de licitação por cada ano em falta, o que neste caso em concreto não acontece pois a concessão ocorreu há mais de 5 anos. -----

Ainda assim e perante o artigo 24º do RMM, o requerente deverá proceder aos pagamentos das taxas devidas até ao término do mês ou dia, consoante a modalidade de ocupação, situação que foi verificada na Contabilidade e que no caso em questão se encontra por liquidar o valor referente ao processo de execução fiscal nº03/2016 a decorrer, cujo valor em dívida à data é de 3.606,21€, com acordo de pagamentos mensais, bem como a taxa de ocupação mensal da arrecadação em armazém do Mercado Municipal de Carnaxide dos meses de Novembro e Dezembro de 2016 no valor mensal de 3,30€. -----

No que diz respeito a obras executadas nos locais de venda, o n.º5 do artigo 547 prevê que no final da ocupação do local de venda, o titular está obrigado a devolver o mesmo ao Município, no estado em que se encontrava aquando da sua atribuição, livre de pessoas e bens, sob pena da referida reposição ser efetuada pelo Município, a suas expensas. -----

Neste contexto propõe-se a aprovação nos seguintes termos: -----

1. A caducidade do título de ocupação por restituição das bancas n.º57 e n.º58 (Padaria e Bolos), em nome de Maria Madalena Marques, Contribuinte 142 353 183, sendo que a restituição poderá ocorrer em 31/12/2016. -----

2. No âmbito do processo de execução fiscal nº03/2016 deverá o operador continuar a efetuar o pagamento mensal de 116,33€ em prestações mensais e sucessivas, conforme acordo celebrado entre as partes. -----

3. No âmbito do processamento mensal de Janeiro e Fevereiro de 2017 deverá o operador liquidar o valor mensal de 3,30€ referente à taxa de ocupação da arrecadação dos meses de Novembro e Dezembro de 2016 respetivamente. -----

4. Que se seja atualizado o mapa geral de ocupação do Mercado, com publicação de edital.

5. Que seja dado conhecimento à interessada. -----

6. A presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

10 – Proposta de Deliberação N.º 10/2017 -----

Através do acordo de execução celebrado entre o Município de Oeiras e esta autarquia, foi promovida a inclusão de meios financeiros para reforçar a varredura de vias e caminhos face à época da folha em que nos encontramos, pelo que o Município de Oeiras solicita-nos a aquisição de serviços em conformidade com o procedimento aqui adotado, conforme elementos técnicos enviados pelo município com os respetivos arruamentos. -----

1. PROPOSTA DE PROCEDIMENTO -----

Afigurando-se necessário proceder à contratação de aquisição de serviços de varredura mecânica na União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, nomeadamente no Centro de Carnaxide, Outurela, Linda-a-Pastora e Queijas, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar, ao abrigo do disposto nos artigos 36.º, n.º 1 e 38.º do Código dos Contratos Públicos – CCP, aprovado pela Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão atual, propondo-se a autorização de despesa e adoção do seguinte procedimento e condições. -----

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual seja de € 13.000,00 (treze mil euros), sem inclusão de IVA, a satisfazer pela dotação 06/02.02.03.02. -----

Nos termos da regra geral de escolha do procedimento, prevista nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º, ambos do Código dos Contratos Públicos e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um ajuste direto em função do valor, nos termos previstos na alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º do CCP. -----

1. PROPOSTA DE ENTIDADE A CONVIDAR -----

Propõe-se que seja convidada a seguinte entidade a apresentar proposta: -----

- FCC Environment Portugal SA, com sede na Av. da Boavista, N.º 3523, 5º andar, Escritório 504, 4100-139, Porto, com NIF: 502 755 369. -----

2. CONTRATO -----

O Contrato deve de ser reduzido a escrito. -----

3. PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----

Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 40.º do CCP, propõe-se a aprovação das peças do procedimento, compostas por minuta de convite a enviar à entidade convidada, bem como minuta de caderno de encargos em anexo. -----

O órgão competente toma a decisão de contratar no uso de competência própria. -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. A aquisição de serviços de varredura mecânica na União de Freguesias de Carnaxide e Queijas. -----

2. A aprovação das peças do procedimento, compostas por minuta de convite a enviar à entidade convidada, bem como minuta de caderno de encargos em anexo. -----

A Entidade a convidar é a referida no ponto 2 da presente deliberação. -----

3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

11 – Proposta de Deliberação N.º 11/2017 -----

Na sequência de deliberação n.º 87/2016, aprovada em reunião de executivo de 19 de maio, referente à atribuição de uma participação financeira à Associação Junt´Arte, esta Junta de Freguesia rececionou uma comunicação via email de 23 de novembro de 2016 da referida Associação, informando que foi decidido pelos sócios em Assembleia Geral Extraordinária a dissolução da mesma. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. A anulação da deliberação N.º 87/2016, e anulação da respetiva cabimentação, no valor de 200,00 € (duzentos euros). -----

2. Mais se propõe que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

12 – Proposta de Deliberação N.º 12/2017 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 779/2016, relativamente ao pedido da Srª Maria Eugénia Coelho Lopes, para concessão a título perpétuo do compartimento n.º 23 D do Jazigo Paroquial n.º 4. -----

No referido compartimento, encontrava-se inumado os restos mortais de João Amadeu Loureiro, tendo o corpo da mesma sido trasladado para a sepultura n.º 178 do talhão n.º 3, conforme deliberação n.º 204/2016, aprovada em reunião de executivo de 13/12/2016, tendo sido o mesmo apropriado por esta Junta de Freguesia, ficando o compartimento vago para nova inumação ou concessão. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Que seja concedida a referida concessão do compartimento n.º 23 D do Jazigo Paroquial n.º 4, a Senhora Maria Eugénia Coelho Lopes, portador do Cartão de Cidadão N.º 02070631. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

13 – Proposta de Deliberação N.º 13/2017 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 781/2016, relativamente ao pedido da Srª Rosa Maria Pereira dos Quadros, para concessão a título perpétuo do compartimento n.º 16 B do Jazigo Paroquial n.º 4. -----

No referido compartimento, encontrava-se inumado os restos mortais de Maria Preciosa Dinis Costa, tendo o corpo da mesma sido trasladado para a sepultura n.º 178 do talhão n.º 3, conforme deliberação n.º 204/2016, aprovada em reunião de executivo de 13/12/2016, tendo

sido o mesmo apropriado por esta Junta de Freguesia, ficando o compartimento vago para nova inumação ou concessão. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Que seja concedida a referida concessão do compartimento n.º 16 B do Jazigo Paroquial n.º 4, a Senhora Rosa Maria Pereira Quadros, portador do Cartão de Cidadão N.º 00039001. -

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

14 – Proposta de Deliberação N.º 14/2017 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 791/2016, relativamente ao pedido da Srª Maria Manuela Lipari Garcia dos Remédios Vaz Almeida, para concessão a título perpétuo do compartimento n.º 22 D do Jazigo Paroquial n.º 4. -----

No referido compartimento, encontrava-se inumado os restos mortais de Adelina Jesus Ferreira da Silva, tendo o corpo da mesma sido trasladado para a sepultura n.º 178 do talhão n.º 3, conforme deliberação n.º 204/2016, aprovada em reunião de executivo de 13/12/2016, tendo sido o mesmo apropriado por esta Junta de Freguesia, ficando o compartimento vago para nova inumação ou concessão. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Que seja concedida a referida concessão do compartimento n.º 22 D do Jazigo Paroquial n.º 4, a Senhora Maria Manuela Lipari Garcia dos Remédios Vaz Almeida, portador do Cartão de Cidadão N.º 7379184. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

15 – Proposta de Deliberação N.º 15/2017 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 780/2016, referente ao pedido efetuado pela Sra. Maria Eugénia Coelho Lopes, na data de 13 de dezembro de 2016, de transmissão por acto entre vivos da concessão da sepultura perpétua Nº 39, do talhão n.º 14 do Cemitério Paroquial de Carnaxide. -----

A sepultura Perpétua Nº 39, do Talhão Nº 14 foi concessionada a Celeste Ribeiro Coelho Lopes e Filha Maria Eugénia Coelho Lopes, na data de 19 de setembro de 2000, para depositar os restos mortais de Maria do Nascimento Cardoso. -----

Na referida sepultura encontram-se os restos mortais de Maria do Nascimento Cardoso, sendo que a concessionária Maria Eugénia Coelho Lopes, através de requerimento/Declaração

datada de 13 de dezembro de 2016, veio prescindir dos direitos sobre os restos mortais de Maria do Nascimento Cardoso. -----

Nos termos do Regulamento do Cemitério Paroquial de Carnaxide, a transmissão de sepulturas perpétuas é efetuada por acto entre vivos ou "*mortis causa*", a requerimento dos interessados e instruído com os documentos comprovativos da transmissão e do pagamento dos impostos que forem devidos ao Estado. -----

As transmissões, por acto entre vivos, das concessões de sepulturas perpétuas são livremente admitidas quando nelas não existam cadáveres ou ossadas. -----

No caso de existirem corpos ou ossadas inumados, a transmissão só poderá ser admitida após se ter procedido à trasladação dos corpos ou ossadas para jazigos, sepulturas ou ossários de carácter perpétuo ou se o adquirente declarar no pedido de averbamento que se responsabiliza pela perpetuidade da conservação, na própria sepultura, das ossadas aí existentes. -----

Verificados estes condicionalismos, a transmissão depende da autorização da Junta de Freguesia e do pagamento à Autarquia de metade das taxas de concessão de terrenos, que estiverem em vigor relativas à área da sepultura perpétua. -----

Ora, tendo em conta que a concessionária Maria Eugénia Coelho Lopes veio prescindir dos direitos sobre os restos mortais das ossadas de Maria do Nascimento Cardoso, inumadas na sepultura perpétua n.º 39, do talhão n.º 14, terá de se proceder à exumação das referidas ossadas para serem armazenadas na casa dos ossários da freguesia. -----

Apos a referida exumação, por na sepultura perpétua não existir qualquer cadáver ou ossada, é de admitir a transmissão por acto entre vivos. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Que tendo em conta que a concessionária Maria Eugénia Coelho Lopes veio prescindir dos direitos sobre os restos mortais das ossadas de Maria do Nascimento Cardoso, inumadas na sepultura perpétua n.º 39, do talhão n.º 14, se proceda à exumação das referidas ossadas para serem armazenadas na casa dos ossários da freguesia. -----

2. Após a referida exumação, por na sepultura perpétua não existir qualquer cadáver ou ossada, seja admitida a requerida transmissão por acto entre vivos, mediante requerimento da interessada e instruído com os documentos comprovativos da transmissão e do pagamento dos impostos que forem devidos ao Estado e do pagamento à Autarquia de metade das taxas de concessão de terrenos, que estiverem em vigor relativas à área da sepultura perpétua. -----

3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

16 – Proposta de Deliberação N.º 16/2017 -----

No seguimento das informações nºs 804/2016 e 005/2017 e de acordo com a legislação em vigor e o modelo orçamental, o processo de Despesa passa necessariamente pelo cabimento de todas as despesas efetuadas, de contratos estabelecidos e/ou a estabelecer, ou outras pontuais, sejam elas com qualquer periodicidade. -----

Após uma análise cuidada dos processos de cabimentação para anulação descritos na Informação nº 804/2016 de 30.12 do ano anterior e após despacho do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, cumprindo a legislação em vigor, identificam-se abaixo os processos de cabimentação relativos a aquisições de bens e serviços que até à data ainda não foram objeto de faturação, a saber: -----

Nº de Cabimento	Data	Fornecedor	Descrição	Valor
50	01.01.2016	VP2, Lda	Fardamento para Pessoal do Mercado e Cemitério	409,59 €
51	01.01.2016	VP2, Lda	Fardamento para Pessoal Cantoneiros e Operários	311,44 €
670	19.05.2016	Lease Plan, Lda	Franquia de Reparação Viatura 85-MF-22	330,23 €

Relativamente aos cabimentos nºs 50 e 51 foi efetuado todo o processo de adjudicação, não tendo sido cumprido os prazos de entrega dos bens em causa por parte do fornecedor. No que respeita ao cabimento nº 670, até à data, não foi objeto de qualquer faturação. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. A anulação dos cabimentos acima mencionados. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Conforme disposição legal a transcrição de qualquer documento oficial tem que respeitar, na íntegra, o conteúdo e o texto constante nos documentos. Sendo facto que as Propostas de Deliberação aqui descritas se constituem documento oficial e a respetiva transcrição, que nesta Ata se faz, é feita reproduzindo na íntegra o texto original.

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 19h15m.

O Executivo
O Presidente

(Jorge Manuel de Sousa de Vilhena)

O Secretário

(Américo Duarte)

O Tesoureiro

(Luís Lopes)

A Vogal

(Rosa Lopes Costa)

O Vogal

(José Rodrigues)

A Vogal

(Carla Pinto)

O Vogal

(António Rocha)